

POLÍTICA E LITERATURA EM MACHADO DE ASSIS

José Antonio Segatto*

Resumo

O texto que apresentaremos procura compreender a relação entre literatura, política e história num momento crucial da vida brasileira: a transição do Império para a República, através de elementos presentes no romance *Esau e Jacó* (1904), de Machado de Assis. Comparando-os com teses e análises historiográficas e/ou sociológicas, buscamos entender como a ficção pode fornecer um tipo de conhecimento peculiar da dinâmica sócio-política do país, que se aproxima, mas é diversa, daquele resultante da “ensaística”.

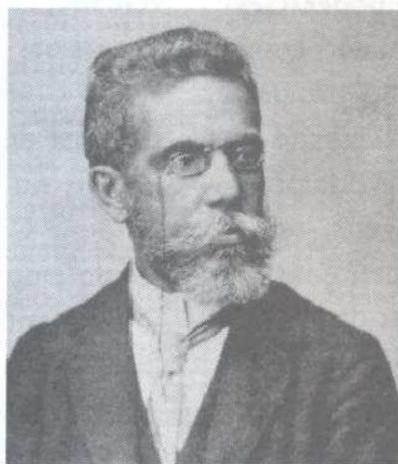
Palavras-chave: Ficção, política, história, República, revolução.

Abstrat

By analyzing some elements of Machado de Assis' novel *Esau e Jacó* (1904), we try to understand a crucial moment of Brazilian's life: the transition from the Empire to the Republic. Comparing these elements with historiographical and/or sociological theses and analyses, we seek to understand how fiction can provide a particular knowledge about the country's social and political dynamics, which is near, but different, from the knowledge provided by the essays.

Key-words: fiction, politics, history, Republic, revolution.

Pelos elementos presentes no romance *Esau e Jacó* de 1904, de Machado de Assis,¹ é possível, compreender, por intermédio da literatura, os nexos políticos e históricos num momento crucial da vida brasileira: a transição do Império para a República. Comparando-os com teses e análises historiográficas e/ou sociológicas, é possível apontar como a ficção pode fornecer um tipo de conhecimento peculiar da dinâmica sociopolítica do país, que se aproxima, mas é diversa, daquela resultante da “ensaística”. Dessa forma, acreditamos ser válido tentarmos fazer um exercício intelectual de análise da obra de ficção comparada com aquelas elaboradas por historiadores e sociólogos,



Machado de Assis

procurando entender como a narração (literária) e compreensão (histórica) podem ser aproximadas e contribuir para desvendar e iluminar aspectos muitas vezes velados da realidade histórico-política.

FICCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Há um certo entendimento entre os estudiosos da obra de Machado de Assis que apontam *Esau e Jacó* como o romance mais repleto de elementos e fenômenos histórico-políticos – em nenhum outro “a matéria de extração histórica ocupa posição tão relevante”.² Também, e anteriormente, observava que ele é

[...] dos romances de Machado de Assis, aquele mais cheio de acontecimentos e episódios políticos, onde os laços de ficção se entrelaçam mais freqüentemente a

* Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista-Unesp, Campus de Araraquara; e mail: segatto@fclar.unesp.br

fatos políticos reais. Sua ação se desenrola precisamente durante o período histórico que abrange os últimos anos da monarquia e os primeiros anos da república. E os gêmeos Pedro e Paulo, um monarquista e outro republicano, são de certo modo a representação simbólica dos dois regimes, e neste sentido pode-se dizer que encarnam o jogo dialético da luta entre o “velho” e o “novo”.³

Os fatos, processos e relações são co-narrados por um personagem, conselheiro Aires, que aparece, ao mesmo tempo, e para alguns analistas, como um narrador camuflado ou como *alter-ego* do autor.⁴ Essa duplicidade de narradores, não impede, pelo contrário favorece, motiva, que ambos (personagem-autor/Aires–Machado) tenham posturas e visões de mundo coincidentes, reveladas ao longo da narrativa: serenidade/impassibilidade, ironia/resignação diante da história e dos destinos individuais.

Abrangendo o complexo quadro histórico-político brasileiro de fins do século XIX (mais ou menos 1871-1894), no romance em tela amalgamam-se fatos e episódios históricos reais com a ficção. Nessa encenação, os personagens (conselheiro Aires, Santos e Natividade, Pedro e Paulo, Batista e Cláudia, Flora, Nóbrega) agem quase sempre referenciados nos acontecimentos e no quadro político – movem-se no palco tendo como móbil motivações

e interesses sócio-econômicos ou desejo de poder. Gestos e atos, os mais prosaicos, situam-se no processo mais amplo – Machado de Assis, ao tratar da vida privada dos personagens, remete-a, constantemente, às relações e episódios das atividades públicas; as esferas privadas e públicas aparecem indissociáveis, entrelaçadas; os pormenores, localizados na totalidade; o particular, nesse caso, contém o universal. E aqui cabe

uma observação: os ingredientes históricos e políticos não são, no romance, meros componentes do cenário ou pano de fundo da representação, são ficcionalizados e tratados artisticamente.

Das muitas passagens e referências ao processo histórico destacamos algumas que consideramos

exemplares para efeito da análise a que nos propomos. Entre elas, passagem emblemática, é o trajeto político do personagem Batista. Advogado, membro do Partido Conservador, ex-presidente de província, em junho de 1889, quando os liberais chegam ao poder, vê suas aspirações de ser novamente nomeado para o cargo que exercera e do qual fora exonerado “a pedido” se esvaírem.

Atribuía a demissão do cargo ao fato de ter perdido as eleições locais:

[...] – não sei o que é que ele queria que eu fizesse mais, dizia Batista falando do Ministro. Cerquei igrejas; nenhum amigo pediu polícia que eu não mandasse; processei talvez umas vinte pessoas, outras foram para a cadeia sem processo. Havia de enforçar gente? Ainda assim houve duas mortes no Riberão das Moças [...] O final era excessivo, porque as mortes não foram obra dele; quando muito ele mandou abafar o inquérito a uma simples conversação sobre a ferocidade dos dois defuntos. Em suma as eleições foram incruentas.⁵

Mas se Batista atribuía a demissão à derrota eleitoral, a versão que corria era outra, “um negócio de águas, concessão feita a um espanhol, a pedido do irmão da esposa do presidente”.⁶ O caso foi amplamente explorado pela imprensa oposicionista. Embora agisse com rapidez, “declarando sem efeito a concessão”, a oposição não lhe deu tréguas “e o governo acabou por demitir seu delegado. Em verdade, só os políticos cuidaram do negócio”.⁷ As pretensões de Batista de voltar a ser nomeado para algum cargo em comissão, sobretudo para uma presidência de província, tornaram-se difíceis com os liberais no comando do governo, que para a esposa, dona Cláudia poderiam ficar nele “até o fim do século”, pois “estavam fortes e resolutos”.⁸ E é nesse momento que dona Cláudia, pragmática e calculista, intervém no sentido de convencer o marido de que há sim meios de superar a situação adversa e dá início a uma operação de convencimento de Batista visando persuadi-lo de que ele é um liberal e não um conservador. A esposa chama a atenção do marido, procurando mostrar-lhe que, ao contrário do que ele acredita, seu discurso nunca foi conservador, sempre se aproximou das concepções liberais:

[...]

– Batista, você nunca foi um conservador!

[...]

A esposa chama a atenção do marido, procurando mostrar-lhe que, ao contrário do que ele acredita, seu discurso nunca foi conservador, sempre se aproximou das concepções liberais.

– Você estava com eles, como agente está num baile, onde não é preciso ter as mesmas idéias para dançar a mesma quadrilha.

[...]

– Sim, mas a gente não dança com as idéias, dança com as pernas.

– Dance com quem for, a verdade é que todas as suas idéias iam para os liberais; lembre-se que os dissidentes na província acusavam você de apoiar os liberais.

– Era falso; o governo é que me recomendava moderação.

– Qual moderação! Você é um liberal.

– Eu liberal?

– Um liberalão, nunca foi outra coisa.⁹

Se assumisse suas concepções, podia, pela movimentação ou pela articulação de “influências”, retomar algum cargo de confiança ou vir a ser novamente empossado em alguma presidência de província, quiçá, em algum Ministério. Sugere, inclusive, que procure amigos pessoais que tem no governo, quem sabe,

[...] um amigo faria tudo, um amigo íntimo do governo que dissesse ao Ouro Preto: “Visconde, você porque é que não convida o Batista? Foi sempre liberal nas idéias. Dê-lhe uma presidência, pequena que seja, e [...]”¹⁰

O diálogo com a mulher balança as convicções de Batista que passa, em seguida, a procurar artifícios para se autoconvencer de que as proposições de dona Cláudia não eram improcedentes nem infundadas. Começa, então, a repensar e rever suas posições.

A sós consigo, Batista pensou muitas vezes na situação pessoal e política. Apalpava-se moralmente. Cláudia podia ter razão. Que é que havia nele propriamente conservador [...] Viu-se conservador em política, porque o pai o era, o tio, os amigos da casa, o vigário da paróquia, e ele começou na escola a execrar os liberais. E depois não era propriamente conservador, mas *saquarema*, como os liberais eram *luzias*. Batista agarrava-se agora a estas designações obsoletas e deprimentes que mudavam o estilo aos partidos; donde vinha que hoje não havia entre eles o grande abismo de 1842 e 1848. E lembrava-se do visconde de Albuquerque ou de outro senador que dizia em discurso não haver nada mais parecido com um conservador que um liberal, e vice-versa. E evocava exemplos, do partido progressista, Olinda, Nabuco, Zacarias, que foram eles senão conservadores que compreenderam os tempos novos e tiraram às idéias liberais aquele sangue das revoluções, para lhes por uma cor viva, sim, mas serena?¹¹

Reconsideradas as posições, Batista aproximase dos liberais e harmoniza-se com o partido que está no poder – feito isso, desencadeia as articulações políticas e aciona as “influências”. Mas, quando tudo parecia caminhar a contento – dependia apenas da assinatura do imperador – para sua nomeação para uma presidência de província, advém um fato inesperado: é derrubado o Império e implantada a República. No entanto, passados os primeiros momentos e superadas as turbulências, Batista readequa suas posições e adapta-se aos novos tempos e, sem grandes constrangimentos, aceita um cargo de comissão, quase que equivalente ao de presidente de província, passando agora a servir os novos donos do poder.

Machado de Assis constrói, nessas passagens do romance, um personagem (Batista) típico da vida política brasileira do Império, que encarna e concentra em si o máximo das tendências da cultura e da prática políticas, com os traços patrimoniais, clientelistas e fisiológicos que se reproduzem no seio e nas sombras do poder.

No Império – com um Estado extremamente centralizado e cujo poder emanava da corte no Rio de Janeiro – uma das funções principais dos presidentes de província, nomeados pelo imperador, era a de organizar e manipular as eleições, de forma a só eleger os candidatos do partido que estivesse no governo. Em momentos de crise, perda de confiança do gabinete ou de dissenso, o poder moderador (Imperador) “aconselhado” pelo Conselho de Estado podia destituir o gabinete, dissolver a Câmara e convocar novas eleições. O novo gabinete nomeado podia demitir ou transferir os presidentes de província e muitos outros ocupantes de cargos (juizes, desembargadores, chefes de política, oficiais militares e da Guarda Nacional, etc.) e nomear os de sua inteira confiança; os presidentes de província, por sua vez, faziam o mesmo com a grande quantidade de cargos de que dispunham e podiam prover (delegado, subdelegado, párocos, juizes e demais funcionários

Em momentos de crise, perda de confiança do gabinete ou de dissenso, o poder moderador (Imperador) “aconselhado” pelo Conselho de Estado podia destituir o gabinete, dissolver a Câmara e convocar novas eleições.

públicos). Por intermédio dessa extensa rede de nomeações, o partido da situação e o governo podiam articular o apoio dos chefes e do poder local, onde uns entravam com os votos e os outros com os cargos e as verbas, numa relação de dependência. Um importante político dominante, Nabuco de Araújo, chegou a afirmar em 1868: “o poder moderador chama a quem quiser para organizar o ministério; o ministério faz a eleição; a eleição faz a maioria”.¹² Nesse esquema, o presidente de província era um elemento chave nas eleições: “Agente de confiança do chefe do Ministério, movimenta a máquina na província, organiza as molas da qualificação e da eleição, comanda os bonecos eleitorais, inclusive os potentados rurais”.¹³

As eleições paroquiais eram feitas e controladas pelo poder local, composto por grandes proprietários rurais e comerciantes, juízes, delegados

ou subdelegados, párocos, etc. Vencer a eleição significava não só o domínio político da localidade, mas o prestígio diante do governo e a manutenção dos cargos e empregos para os apaniguados e dependentes. E para ganhar as eleições quaisquer meios eram válidos. A utilização da violência e da coação, do favor e do clientelismo, de mecanismos manipulatórios e de práticas fraudulentas eram uma constante, aparecendo inclusive em alguns momentos institucionalizadas.

Peças centrais dessa engrenagem, os partidos liberal e conservador faziam a intermediação entre o poder central e o local e serviam de instrumento de aglomeração de políticos e grupos de interesses (dispersos) patrimoniais e fisiológicos. Partidos da ordem e da situação, disputavam a gestão do Estado, revezando-se no governo ou compondo-se no poder por meio da conciliação (1848-1862) ou ainda fundindo-se, como foi, o caso da Liga Progressista (1862-1867) – ser e estar no governo era o objetivo último, ou como constatou um membro do partido conservador, Francisco Belisário: “Ninguém se diz candidato dos eleitores, do comércio,

da lavoura, desta ou daquela aspiração nacional, mas do governo”.¹⁴ Não obstante as diferenças de composição e de interesses, uniam-se em torno da defesa das instituições monárquicas, da escravidão, da grande propriedade e da monocultura de exportação. Ficou célebre a frase de um importante político da época, Holanda Cavalcanti, de que “não havia nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder”.

O procedimento de Batista e a volutividade fisiológica são, de fato, conduta peculiar que molda o caráter dos “agentes” políticos-partidários, cujos traços perpassam o processo histórico brasileiro – fisiológicos, sem compromissos programáticos, sobrevivem das fatias, migalhas ou à sombra do poder; usam o Estado como provedor de empregos, verbas, subsídios, favores; constantemente próximos dos governos, sejam eles quais forem; ordinariamente à disposição para serem cooptados ou aderirem a governos de que eram oposição ou até mesmo inimigos de véspera; acima de tudo, governistas e estatistas.

Outro momento excepcional do romance é a reinvenção/recriação artística que Machado de Assis faz da proclamação da República. O personagem-narrador, conselheiro Aires (velho diplomata aposentado), sai de casa, para uma caminhada, na manhã do dia 15 de novembro de 1889, na capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, e não percebe nada de anormal; ouve alguns boatos, mas não se abala. “Na rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas”.¹⁵ Pensou que fossem rumores falsos. Somente às 14 horas é que tem a confirmação da mudança do regime pelo banqueiro-barão Santos, que o visitava aflito para aconselhar-se: “– É verdade, conselheiro, vi descer as tropas pela rua do Ouvidor, ouvi as aclamações à República. As lojas estão fechadas, os bancos também, e o pior é que não abrem mais, se vamos cair na desordem pública; é uma calamidade.”¹⁶ Aires, homem experiente e astuto, que conhecia os meandros da política, o acalma:

Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é bom. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição.¹⁷

As eleições paroquiais eram feitas e controladas pelo poder local, composto por grandes proprietários rurais e comerciantes, juízes, delegados ou subdelegados, párocos, etc.

Entretanto, o banqueiro estava amedrontado,

[...] receava os fuzilamentos; por exemplo, se fuzilassem o imperador, e com ele as pessoas da sociedade? Recordou que o *Terror* [...] Aires tirou-lhe da cabeça. As ocasiões fazem as revoluções, disse ele [...] Depois, lembrou a índole branda do povo. O povo mudaria de governo, sem tocar nas pessoas.¹⁸

Santos saiu da casa do conselheiro ainda desconfiado; no largo do Machado notou que “havia espanto, mas não havia propriamente susto”.¹⁹ Ao chegar em casa, acalmou a família e conversaram sobre os acontecimentos com moderação. Terminado o jantar, o filho Paulo (republicano) “bebeu à República, mas calado, sem ostentação...”.²⁰ O outro filho, Pedro (monarquista)

[...] quis dizer alguma frase de piedade relativamente ao regime imperial a às pessoas de Bragança, mas a mãe quase que não tirava os olhos dele, como impondo ou pedindo silêncio. Demais ele não cria nada mudado; a despeito de decretos e proclamações, Pedro imaginava que tudo podia ficar como dantes, alterando apenas o pessoal do governo.²¹

Fenômeno correspondente e que caracteriza o processo histórico brasileiro – já exaustivamente assinalado por muitos analistas – é a ausência de mudanças bruscas e radicais nas formas de dominação política e de acumulação de capital, ou melhor, pela ausência de transformações revolucionárias que envolvessem o conjunto da sociedade nacional, mas que é, ao contrário, assinalado pela conciliação entre frações ou grupos da classe dominante, por meio de “reformas pelo alto”, excluindo das decisões políticas a grande massa da população.²² Em todos os acontecimentos agudos e cruciais (o rompimento do pacto colonial em 1822, a abolição do trabalho escravo em 1888, a implantação da República em 1889, o movimento político-militar de 1930, a imposição da ditadura do “Estado Novo” em 1937, a “redemocratização” de 1945, o golpe de Estado de 1º de abril de 1964), a classe dominante sempre procurou rearticular e reorganizar as formas de dominação política e acumulação de capital para fazer frente aos crescentes antagonismos e contradições sociais que se acumulam, como também, para impedir que as classes subalternas subvertam a ordem vigente e, ainda, para truncar sua participação no processo político.

Momento ilustrativo desse caráter do processo histórico foi a queda do Império e a implantação da República. Fruto de um conjunto de transformações por que passava o país desde meados do século XIX, a República foi implantada pela pronta intervenção do Exército ou por uma simples parada militar. A cena foi descrita no “calor da hora”, com muita argúcia por um dos atores (Aristides Lobo) importantes do episódio: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada”.²³

Assim, em 15 de novembro de 1889, a República foi implantada através da intervenção do Exército, como se estivesse realizando uma parada militar. Para o destronamento do todo poderoso Império e sua substituição pelo regime republicano, bastou uma simples proclamação militar que foi realizada de um só golpe (pacífico e sem nenhuma resistência), fruto de conspiração de um pequeníssimo grupo na calada da noite. Pasmada, a sociedade brasileira só tomou conhecimento do fato depois do acontecido. Capistrano de Abreu, que presenciou o ato como testemunha ocular, em carta ao barão do Rio Branco, descreveu-o com muita precisão:

Acabo de chegar do Campo de Santana, impressionado como você bem pode imaginar, depois de ter visto uma revolução. E que revolução! Só há uma palavra que pode reproduzir o que vi: o empilhamento. Apareceu uma brigada, e os batalhões foram chegando um a um, sem unidade, atração ou resolução; enfileiram-se um a um, como peixe seco. Quando viram que nenhum batalhão estava faltando ou em dúvida, proclamaram a República; não houve reação nem protesto de ninguém. Dado o estado em que andavam as coisas, era a única solução razoável [...] Todo o Brasil aderiu [...] A impressão geral a respeito do governo parece-me ser a de indiferença.²⁴

Machado de Assis recria e revela por meio da ficção uma situação inusitada, sintetizando em sua narrativa múltiplos aspectos de um momento crucial, mas que constituem elementos extensivos na história brasileira: alterações da ordem operadas por uma pequena elite, divorciando o povo da

Momento ilustrativo desse caráter do processo histórico foi a queda do Império e a implantação da República.

política, mantendo a grande massa da população afastada da arena ou o povo da política; mudança sem ruptura; modificações sem traumas; mudava-se tudo para não mudar nada; uma simples substituição de regime; processo de transformação e conservação.

LITERATURA E HISTÓRIA

Não são poucos os que entendem o romance machadiano, sobretudo *Esau e Jacó*, como uma tentativa do autor em elaborar, via ficção, uma interpretação da história brasileira na segunda metade do século XIX, pelo fato de concentrar em seu enredo um grande volume de material histórico; teria

mesmo, Machado de Assis, construído uma alegoria do país naquele período.²⁵

Entendemos, de nossa parte, que se a literatura é também uma forma plausível de representação do real ou que, se através da enenação dos fatos e atos, pode-se recriar ficcionalmente a história, ambas distinguem-se tanto pelo discurso quanto pelas diferentes formas de abordagem e compreensão do ser social e do processo histórico. Nas análises elaboradas e/ou construídas

pela historiografia, a realidade é reproduzida abstratamente no plano do pensamento (como síntese de múltiplas determinações, como construção ideal-típica, como sistematização de fenômenos) tal como, de modo aproximando, ela é ou se deu por meio de conceitos, categorias, alusões, comparações; na literatura, ela é criada ou recriada, imaginada ou fantasiada, inventada ou reinventada artisticamente, por metáforas, figuras, símbolos, alegorias. Embora sejam de natureza e modalidade distintas, ambas produzem conhecimento, além de representações aproximativas, confluentes e complementares. Se a literatura contribui para desvendar aspectos (particulares) das relações humanas, sociais e de poder, impossíveis de serem captadas pela historiografia, esta, por sua vez, fornece elementos e subsídios fundamentais para a compreen-

são da obra de arte literária e do próprio processo histórico.

A literatura, enquanto atividade artística, e a história têm finalidades específicas de reprodução do real; com a literatura o homem relaciona-se imaginariamente com a realidade histórica. Mas, por seu turno, a ficção não é antagonista do real; ao criar um real imaginário, ela não deixa de representar um real verídico, existente. Karel Kosik afirma:

[...] a obra de arte [...] exprime o mundo enquanto cria. Cria o mundo enquanto revela a verdade da realidade, enquanto a realidade se exprime na obra de arte. Na obra de arte a realidade fala ao homem.²⁶

Dessa forma, a literatura (como a história), consegue desvendar e iluminar aspectos, muitas vezes velados da realidade histórica: nesse sentido, mesmo com linguagens e formas (artística e “científica”) distintas, ambas têm uma função cognitiva fundamental. Isso não significa que a representação artística seja simples reprodução (ou reconfiguração) da realidade. Ela tem necessariamente uma dinâmica própria, ou ainda, não significa, de maneira alguma, que “o romance simplesmente passa a refletir a realidade tal como ela se apresenta de imediato e empiricamente”.²⁷ Portanto, o conhecimento criado pela literatura não pode ser automaticamente identificado com aquele gerado pela história – enquanto a história ocupa-se do real, a literatura, com o possível.

Como já Aristóteles observava, não interessa ao artista o que efetivamente ocorreu, a singularidade em sua nudez factual; interessa-lhe sobretudo o que poderia – e, dada certas condições, até mesmo deveria – ter ocorrido. Em outras palavras: a arte autêntica não figura a realidade imediata, mas sim o “verossímil”, aquilo que Hegel chamou de “possibilidade objetiva”, que é um modo ontológico mais essencial e mais profundo da realidade como um todo. Por outro lado, a grande arte não apenas reproduz o real, como ocorre nas ciências (inclusive na história), mas também – e simultaneamente – avalia e julga a realidade a partir de um ponto de vista genericamente humano [...] Assim, quando um fato histórico aparece em uma obra de arte, o que interessa não é saber se os seus detalhes estão fielmente reproduzidos, mas até que ponto o artista representou corretamente a relação entre esse fato histórico (entendido em sua dimensão essencial, universal concreta) e o desenvolvimento de gênero humano.²⁸

A literatura, enquanto atividade artística, e a história têm finalidades específicas de reprodução do real; com a literatura o homem relaciona-se imaginariamente com a realidade histórica.

Assim pode ser válido observar que se tanto as análises históricas dos cientistas sociais quanto as narrativas ficcionais dos artistas têm algo de verdadeiro e real, têm também muito de imaginação e fabulação. Desse modo, enquanto

[...] a obra de arte tem algum compromisso com a verdade, na medida em que ela inventa um mundo que possui alguma verossimilhança em si. O trabalho do cientista social tem sempre um elemento de invenção, ficção, arte. Neles há situações e climas, personagens e dilemas, trabalhos e lutas, tensão e mistério.²⁹

Mas, por outro lado, a ficção artística na literatura evidencia determinadas perspectivas particulares, íntimas, imperceptíveis, que as ciências sociais, com sua busca de recriar uma realidade histórica que se pretende verdadeira, não consegue nem pode captar. “Há sutilezas e grandezas da vida social que aparecem na obra artística com uma vivacidade que as ciências sociais em geral apanham de fora ou não apanham”.³⁰ Grandes escritores como Machado de Assis, Lima Barreto, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, João Guimarães Rosa, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto “avançam na compreensão da sociedade brasileira, permitindo refinar as sutilezas e grandezas sugeridas por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado”.³¹ De modo que – e visto sob aspectos vários –

[...] a literatura abre o horizonte da cultura, da história, numa escala que a ciência apenas esboça. Ocorre que a literatura lida principalmente com o singular, o privado, o subjetivado, o sensível. Por isso torna vivida a vida que a ciência precisa buscar. Revela dimensões invisíveis, incógnitas, recônditas. Talvez a parte submersa do iceberg.³²

Entendemos, pois, pelo exposto que o romance machadiano em questão (*Esau e Jacó*) não pode ser lido ou visto como mera interpretação ou alegorização da história brasileira na transição do Império para a República. O que, a nosso juízo, é plausível indicar é que ao ficcionalizar a política e as relações de poder, Machado de Assis (especialmente pela voz do conselheiro Aires – co-narrador incrédulo, impassível e resignado diante das circunstâncias) realiza uma reflexão artística profunda sobre a dinâmica histórica do país em fins do século XIX, evidenciando alguns traços que seriam per-

manentes e recorrentes na vida política nacional – muitos deles, inclusive, de feições imperceptíveis ou ignotas, particulares, íntimas.

Ao fazer isso, Machado de Assis, artisticamente, suscita problemas histórico-políticos correlatos aos que seriam tratados por Giuseppe Tomasi di Lampedusa na Itália, mais de meio século depois, no romance *O Leopardo*, de 1958.³³ Lampedusa, como Machado de Assis, ao encenar um complexo quadro histórico (a Itália do *Risorgimento* 1860-1910) ficcionaliza um processo de mudanças sem rupturas e transtornos, a partir de transformações moleculares e graduais, dirigido por setores dominantes no sentido de manter o controle da situação, alijando as classes subalternas – mudava-se tudo para manter tudo como estava (“Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”, diz um dos personagens), garantindo interesses e privilégios.³⁴

NOTAS

- 1 Machado de Assis, *Esau e Jacó/Memorial de Aires* (São Paulo: Nova Cultural, 2003).
- 2 A. Bastos, “O almoço do conselheiro – história e ficção no mesmo cardápio”, em A. C. Secchin et al. (orgs.), *Machado de Assis: uma revisão* (Rio de Janeiro: InFólio, 1998), p. 135
- 3 Astrojildo Pereira, *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos* (2ª ed., Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991), p. 142.
- 4 Cf. A. Bastos, “O almoço do conselheiro – história e ficção no mesmo cardápio”, cit., p. 138.
- 5 Machado de Assis, *Esau e Jacó/Memorial de Aires*, cit., pp. 67-68.
- 6 *Ibid.*, p. 68.
- 7 *Ibidem*.
- 8 *Ibid.*, pp. 98 e 102.
- 9 *Ibid.*, p. 99.
- 10 *Ibid.*, p. 100.
- 11 *Ibid.*, pp. 100-101.
- 12 Apud R. Graham, *Clientelismo e política no Brasil* (Rio de Janeiro: UFRJ, 1997), p. 114.
- 13 R. Faoro, *Os donos do poder*, vol. 1 (2ª ed. São Paulo: Edusp/Globo, 1975), p. 377.
- 14 Apud J. M. Carvalho, “Sistemas eleitorais e partidos no Império”, em O. B. de Lima Júnior (org.), *O balanço do poder* (Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990), p. 24.
- 15 Machado de Assis, *Esau e Jacó/Memorial de Aires*, cit., p. 133.
- 16 *Ibid.*, p. 141.
- 17 *Ibidem*.
- 18 *Ibid.*, p. 141.
- 19 *Ibidem*.
- 20 *Ibid.*, p. 143.
- 21 *Ibid.*, pp. 144-145.

- ²² C. N. Coutinho, *Democracia como valor universal* (São Paulo: Ciências Humanas, 1980), p. 32.
- ²³ Apud E. Carone, *A Primeira República* (São Paulo: Difel, 1969), p. 289.
- ²⁴ Apud J. M. Young, "Outubro de 1930: conflito ou continuidade?", em H. Keith & S. F. Edwards, *Conflito e continuidade na sociedade brasileira* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970), pp. 291-292.
- ²⁵ J. Gledson, *Machado de Assis: ficção e história* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986).
- ²⁶ K. Kosik, *Dialética do concreto*, trad. de Célia Neves e Alderico Torfio (2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976), p. 118.
- ²⁷ G. Lukács, *La novela histórica*, trad. de Manuel Sacristán (Barcelona: Grijalbo, 1976), p. 115.
- ²⁸ C. N. Coutinho, *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990), p. 106.
- ²⁹ O. Ianni, "Entrevista", em E. R. Bastos *et al.* (orgs.), *Conversas com sociólogos* (São Paulo: Editora 34, 2006), p. 62.
- ³⁰ *Ibid.*, p. 52.
- ³¹ *Ibidem.*
- ³² *Ibidem.*
- ³³ G. T. di Lampedusa, *O Leopardo*, trad. de Rui Cabeçadas (3ª ed. São Paulo: Difel, 1963).
- ³⁴ *Ibid.*, p. 32.